



XII Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: 12/08/2018

Aprovado em: 13/08/2018

Editor Respo.: Veleida Anahi - Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.18.30>

EUZÉBIO VANÉRIO NO CENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA (SÉCULO XIX)

EIXO: 18. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. MEMÓRIA E NARRATIVAS

ROBERTO CARLOS BASTOS DA PAIXÃO, JOSEVANIA TEIXEIRA GUEDES, MAGNÓLIA PACHECO ANDRADE

RESUMO

O texto deste artigo se encarrega de traçar o perfil de Euzébio Vanério no cenário da Instrução Pública brasileira. Em primeiro plano, e em tom narrativo, estão as informações biográficas relativas ao perfil do homem; às suas origens, história de vida e realizações na esfera pessoal e profissional, como também há um esboço contextualizador do sujeito pesquisado. Entendemos levar em conta os ensinamentos de Le Goff (2001) a respeito das biografias (ainda que não se pretenda biografar Euzébio Vanério), quando o estudioso recomenda o cuidado e o critério; critica a quantidade, o caráter anedótico e algumas vezes anacrônicos de biografias históricas que circulam no mercado das publicações. O teórico mencionado indica uma construção que circule pelas estruturas, estudando-as pelas vias das funções e papéis sociais e documentais.

Palavras-chave: Euzébio Vanério. Instrução Pública. Biografia.

EUZÉBIO VANÉRIO ON THE SCENARIO OF THE BRAZILIAN PUBLIC INSTRUCTION (XIX CENTURY)

ABSTRACT

The text of this article is in charge of tracing the profile of Euzébio Vanério in the scenario of the Brazilian Public Instruction. In the foreground, and in narrative tone, are the biographical information regarding the profile of the man; to its origins, life history and achievements in the personal and professional sphere, as well as a contextualizing sketch of the researched subject. We intend to take into account Le Goff's (2001) teachings on biographies (although Euzébio Vanério is not intended to be biographical), when the scholar recommends caution and discretion; criticizes the quantity, the anecdotal and sometimes anachronistic character of historical biographies that circulate in the publications market. The aforementioned theorist indicates a construction that circulates through the structures, studying them through the social and documentary roles and functions.

Keywords: Euzébio Vanério. Public Instruction. Biography.

EUZÉBIO VANÉRIO EN EL ESCENARIO DE LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA BRASILEÑA (SÉCULO XIX)

RESUMEN

El texto de este artículo se encarga de trazar el perfil de Eusebio Vanio en el escenario de la Instrucción Pública brasileña. En primer plano, y en tono narrativo, están las informaciones biográficas relativas al perfil del hombre; a sus orígenes, historia de vida y realizaciones en la esfera personal y profesional, como también hay un esbozo contextualizador del sujeto investigado. Entendemos tener en cuenta las enseñanzas de Le Goff (2001) acerca de las biografías (aunque no se pretende biografar Euzébio Vanério), cuando el estudioso recomienda el cuidado y el criterio; critica la cantidad, el carácter anecdotico y algunas veces anacrónicas de biografías históricas que circulan en el mercado de las publicaciones. El teórico mencionado indica una construcción que circule por las estructuras, estudiándolas por las vías de las funciones y papeles sociales y documentales.

Palabras clave: Eusebio Vanio. Instrucción Pública. Biografía.

EUZÉBIO VANÉRIO: O HOMEM, SUAS ORIGENS, HISTÓRIA DE VIDA E REALIZAÇÕES

Nascido no ano de 1785, em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal, Euzébio Vanério Correia, se fez notar no âmbito educacional, mais precisamente no Nordeste, nas províncias de Sergipe e Bahia

pelas suas atividades de professor, tradutor e divulgador do Método Lancasteriano[1] de ensino. Exerceu várias posições sociais, inclusive como deputado, jornalista e militar. Este estudo se valeu de documentação coletada no Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

O madeirense, segundo o seu próprio depoimento, foi educado em Londres, veio para o Brasil, serviu como guarda-livros em diversas praças marítimas e desenvolveu larga experiência profissional em outras localidades mercantis (CHAVES, 2009). Consta do Dicionário Bibliográfico Brasileiro, do doutor Augusto Victorino Alves do *Sacramento Blake* (1883), o nome de Euzébio Vanério. Logo no primeiro parágrafo, o texto afirma que teria nascido na Bahia, mas, pode-se perceber que o autor usou uma expressão evidenciando a dúvida sobre esse suposto fato: “**segundo penso**” (grifo nosso). Quando informa sobre o cargo de guarda-livros e intérprete da alfândega, depois de ter sido professor substituto da real Aula de Comércio e, ainda, que Euzébio teria um colégio de meninos, o dicionarista volta a avisar: “**se não me engano**” (grifo nosso).

Outros dados oferecidos por Sacramento Blake, mas sem demonstrar questionamentos, são os de que Euzébio produziu a obra ‘Deveres do homem ou cultura moral’, ampliada e traduzida de diversos autores para uso da mocidade, tendo oferecido como um presente ao Excelentíssimo Sr. Conde da Palma. Província da Bahia. ‘Estatística financial’ (1831), julho 01 a 30 de junho de 1832 (3º ano financeiro), trabalho extraído dos registros das repartições públicas, ofertado ao Poder Executivo. (BAHIA, 1833, p. 34). In-4º gr., contendo vários mapas. Observou o dicionarista que acreditava haver mais duas publicações desse tipo, referente a outros anos financeiros; ‘Guia das boas mães de família, ou educação física dos meninos’, manuscrito de 88 laudas existente na Biblioteca do Instituto Histórico; além da publicação de ‘O Independente Constitucional’, na Bahia, em 1824, jornal redigido, **ao que parecia** (a terceira expressão que revela incerteza quanto ao dado; grifo nosso), por Euzébio Vanério.

Com a abertura dos portos às chamadas nações amigas, juntamente à celebração do Tratado de Comércio e Amizade entre Brasil e o Reino Unido, exigia-se de ambas as nações uma aproximação. A participação dos ingleses na vida cultural, social e política brasileira gerou uma troca de costumes, hábitos, crenças e um contato diário de uso da língua inglesa, além da obrigatoriedade do cumprimento do tratado mercantil entre as nações. (FREYRE, 2000, p. 240-241).

A primeira menção à presença de Vanério nas terras sergipanas diz respeito à quando aqui chegou, “[...] acompanhado do Exército Pacificador de General Pierre Labatut. Na época da morte, aos 50 anos de idade. Foi secretário da Junta Militar que governou a província de Sergipe quando da deposição do governador Carlos Cesar Burlamaqui [...]. Exerceu a posição de oficial do Batalhão de Primeira Linha da Província e, ainda, militou na redação do jornal ‘Independente Constitucional’, da Bahia. Fez funcionar na Igreja da Barroquinha, em Salvador, uma escola de primeiras letras destinada à instrução de meninos e meninas, lecionando [...] todas as matérias do ensino primário, não aceitando alunos pensionistas”. (SANTOS, 2006, p. 138).

Consta nos estudos de Lima (2005, p. 186) a relação de alunos (por ordem alfabética) que estudaram no Liceu Sergipense no período de 1849-1852 e inscrito está, como segundo nome da lista, o de Alexandre Vanério de Argolo Ferrão, pelos sobrenomes provavelmente um descendente de Euzébio, mas não foi possível a certificação.

No cenário das guerras napoleônicas acontecidas na Europa, aportaram, por sucessivas vezes, no Funchal, capital da Ilha da Madeira, território português, esquadras militares britânicas, com o objetivo de tomarem posse daquelas terras, mares e porto. A primeira invasão aconteceu de julho de 1801 a janeiro do ano seguinte. A segunda teve início em dezembro de 1807 com epílogo em 1814. Nos primeiros três meses da segunda apropriação, a Ilha madeirense perdurou sob a soberania britânica, sendo posteriormente publicada uma proclamação em que a população local foi levada a reconhecer Jorge III, do Reino Unido, como o seu legítimo soberano. O monarca da Grã-Bretanha e da Irlanda tornou-se então soberano dos madeirenses e a bandeira britânica passou a fazer parte da rotina em

todas as bases representativas do governo britânico.

Este quadro de contendas em Portugal estava, pois, se desenrolando enquanto no dia 16 de março de 1808 aportou no Rio de Janeiro Dom João e sua comitiva real, momento da assinatura do Tratado de Restituição da Madeira, na capital inglesa, cuja promulgação alcançou a Ilha madeirense em abril do mesmo ano. O arquipélago foi então retornado à junta administrativa civil, tendo o Tenente-governador William Carr Beresford[2] seguido para a cidade de Lisboa em agosto do mesmo ano. Contudo, até que o Tratado de Paz entre França e Grã-Bretanha fosse finalmente promulgado no ano de 1814, uma pequena tropa britânica montou guarda na Ilha madeirense até a assinatura que selava a decisão.

Ainda sobre o berço natal de Euzébio, é comumente descrito pela virtude das paisagens exóticas e das águas térmicas, o local ficou conhecido pelos nobres como uma espécie de paraíso. “O Funchal e a Madeira passaram assim a ser referência comum dos álbuns e livros de viagens do século XIX, por aqui passando elementos das principais famílias europeias”. (SOUZA, 2004, p. 3). Assim, as quintas do Funchal se tornaram periodicamente residências da nobreza. As trocas comerciais internacionais tiveram início a partir da chegada de navegadores lusitanos há mais de cinco séculos atrás, dando continuidade ao processo de fixação e permanência dos mesmos, fortemente atraídos pela pacífica atmosfera de um refúgio paradisíaco, que desde então chamava a atenção de grandes aristocratas do mundo todo. Entre os maiores atrativos da cidade estavam as qualidades terapêuticas de um clima temperado, atraindo as mais diversas personalidades, entre elas a da Imperatriz Leopoldina da Áustria, a caminho de seu casamento no Brasil com o Imperador D. Pedro I, e Rei de Portugal. Passaram pela Ilha em longas permanências, da mesma forma, a Rainha Adelaide da Inglaterra, o Príncipe Maximiliano Napoleão, entre outros nobres. Além disto, diversas expedições científicas[3] frequentaram esses locais, como foi o caso da expedição liderada por James Cook[4].

Para todos os lados que se lançar o olhar, nessa época, encontra-se o mar e a movimentação náutica. Cabe, então, agora girar o foco na direção das historicamente conhecidas Aulas de Comércio lusitanas[5] (idealizadas para atender à capacitação de pessoal para as práticas mercantis), voltadas para as atividades comerciais marítimas e absorvidas em sua estrutura como o primeiro curso técnico profissionalizante europeu, muito embora outras nações como a Inglaterra, a França e a Itália desde o século XVII, já ministrassem as mais diversas abordagens das práticas mercantis, o fato é que com a laicização da instrução elementar em Portugal, esse processo se desenvolveu fortemente com o reconhecimento dos homens de negócios.

As reformas do Marquês de Pombal se estenderam além-mar, com ênfase na educação brasileira, trouxeram o advento da formação do homem moderno marcado pela instrução e pela experiência, cujo raciocínio e lógica estavam em consonância com a Europa. No caso mais específico da transplantação ou transferência para o Brasil da Corte portuguesa, em 1808, o formato das aulas aqui implantadas tinha como objetivo primário seguir uma estrutura previamente existente em Portugal. A atividade mercantil da América portuguesa criou, em 1809, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Reino do Brasil que, embora sofresse influência direta das aulas de Portugal, desde os seus primórdios desenvolveu características únicas. A preocupação de Pombal girava em torno da qualificação dos comerciantes portugueses, mas o marquês notou a impossibilidade de agilizar e conferir eficiência à máquina administrativa estatal, como ainda compreendeu que não se conseguia “[...] aumentar a arrecadação e promover o desenvolvimento do comércio colonial sem recorrer ao capital dos bem sucedidos comerciantes cristãos-novos [...]”. O pensamento pombalino se fazia mercantilista e pautava as ações de reforma do Estado português, principalmente aquelas atinentes ao ensino. As Aulas de Comércio portuguesas ficaram perenizadas “[...] como uma das primeiras iniciativas europeias de ensino profissionalizante e serviram de embrião para o incentivo do ensino de línguas estrangeiras em Portugal e seus domínios”. (TELES, 2013, p. 49-50).

Havia um quadro socioeconômico português relacionado ao mercantilismo e aos interesses da construção de um Estado português moderno reconhecível e aceitável pelos países europeus mais

próximos, alavancando uma situação propícia ao desenvolvimento das habilidades profissionais. Os objetivos do governo de Portugal estavam fixados na incrementação do capital o qual ressolveria problemas econômicos os quais vinham se acumulando naquele reino. Foi então que, com as Aulas de Comércio, esteve no auge o ensino da língua inglesa com finalidades específicas, instrumentais, isto é, para o atendimento às necessidades comerciais emergentes àquela época. Esses objetivos idealizados pelo Marquês de Pombal eram também direcionados ao Brasil regencial, o qual necessitava ingressar na rota comercial marítima. Como decorrência veio a ênfase sobre a Instrução Pública e a obediência aos postulados das Reformas Pombalinas. Por outro lado, a criação da Junta de Comércio tem caráter protecionista monopolizador e que a Coroa impulsionava e contribuiu para a inclusão e ampliação das línguas inglesa e francesa como matérias a serem estudadas, e, por conseguinte, como disciplinas escolares.

Portugal e Inglaterra apuravam relações econômico-comerciais, o que gerou a valorização do inglês, houve uma publicação intensa de compêndios diversos do idioma britânico estruturados nos moldes das tradicionais para o ensino do latim, assim como aprovado por Luiz Antônio Verney, na Oitava Carta de sua obra-prima *Verdadeiro Método de Estudar*[6] (1746). O pensador teria chamado a atenção dos estudiosos para a relevância de se levar a termo uma análise que evidenciasse as leis do método analítico: o entendimento/compreensão dos vocábulos; determinação das questões, separação das partes delas; fuga de quaisquer equívocos, como também das obscuridades; estabelecimento de termos do cotidiano claros/objetivos; entendimento dos testemunhos e autoridades teóricas em que se fundamentam. (TELES, 2013).

Esses manuais preconizavam a simplificação das regras praticadas a partir das gramáticas para o ensino de línguas, tanto a materna quanto as vivas, havendo essa didática perdurado até o século XIX, o que se pode demonstrar pela comparação da

[...] terceira edição da gramática de J. Castro, publicada em 1759, que contém 407 páginas, com a gramática de Teles de Menezes, de 1761, com 268, e a gramática de Guilherme Tilbury, que, mesmo tendo sido publicada em 1827, décadas após a queda do Marquês de Pombal, seguiu a mesma orientação de simplificação, contendo apenas 48 páginas. Essas três gramáticas tiveram grande significação em Portugal e no Brasil, uma vez que a de Castro (1759) foi a primeira a trabalhar, ao mesmo tempo, o ensino de inglês em Portugal e suas colônias, e o ensino de português para ingleses. (SANTOS, 2017, p. 23).

Por sua vez, a gramática de Carlos Bernardo da Silva Teles de Menezes (1761), foi utilizada largamente em Portugal e por ter sido uma consequência

[...] da sua indicação para o Real Colégio dos Nobres, fato anotado nos estatutos da instituição onde se lê a dedicatória do autor. Quanto à Arte, obra de Tilbury, foi dado um destaque porque ele foi nomeado “professor das Augustas princesas e por ter sido professor público do Brasil, nomeado em 1823. (SANTOS, 2017, p. 23)

As obras, escritas em língua portuguesa, mantinham as influências latinas nos conteúdos, constatadas na “[...] divisão das gramáticas nas mesmas partes, a presença de listas de palavras, diálogos familiares e a tendência em manter as classes gramaticais estudadas por meio das declinações latinas”. A despeito da queda de Pombal, após “[...] a morte de D. José I, em 1777, as gramáticas publicadas nas décadas seguintes continuaram a apresentar essas mesmas características, buscando clareza e concisão, conforme tendência apresentada desde o século XVIII”. As reformas no Brasil oitocentista, sob a regência de D. João VI (1767-1826), atestaram o fato, pois,

em virtude “[...] da Decisão n. 29, de 14 de julho de 1809, o monarca institucionalizou as cadeiras públicas de língua inglesa e francesa no Brasil, recomendando a produção de compêndios pelos professores nomeados”. (SANTOS, 2017, p. 24).

O Curso de Economia Política, no Brasil, teve sua introdução ministrada por José da Silva Lisboa (que viria a ser o futuro Visconde de Cayru). A disciplina Economia Política passou a existir, muito embora, não pertencesse aos programas tradicionais até o início do século XIX, além da tradução de alguns teóricos clássicos, a exemplo de Adam Smith, considerado o pai da economia moderna, o mais importante do liberalismo econômico. (CHAVES, 2009). Da mesma forma, esses estudos foram acrescidos às Aulas de Comércio criadas, primeiramente na corte do Rio de Janeiro e, em seguida, na Bahia e em Pernambuco.

Os currículos erammeticulosamente revisados pela recém-criada Junta de Comércio, cujos objetivos buscavam a adaptação e atualização das circunstâncias e possíveis adequações regionais de seus conteúdos. Entre os lentes das Aulas de Comércio estava o representante da Bahia, Euzébio Vanério, que fez fortes críticas ao comportamento de seu antecessor, Genuíno Barbosa Betâniao, o qual vinha ministrando em Salvador, o qual permaneceu no cargo entre 1815 a 1820, período conturbado com muitas críticas, insultos e maus tratos desferidos contra os alunos por parte do lente, que somente retornaria a Portugal em 1823, juntamente com as tropas portuguesas. (NUNES, 2008).

Euzébio foi o precursor de algumas inovações em seu curso ministrado em território brasileiro, defendendo uma duração máxima de dois anos para as Aulas de Comércio, ao invés de três, como vinha sendo uma prática, sendo ele o primeiro a prestar contas com relação aos planos de curso perante a Junta de Comércio (província da Bahia), primeiramente em 1815 e, em seguida, em 1818, seguido dos lentes Manuel Luís da Veiga, em 1816, e por último, de José Antônio Lisboa, em 1820.

Tendo o funcionamento das Aulas de Comércio sido aprovado pelo Governador da Província da Bahia (O Conde dos Arcos), o curso de Euzébio, que era particular, como muitos outros abertos na Corte, esteve sempre bem assessorado pela sua esposa, também lente, Samoa Angélica Vanério, para as turmas de Primeiras Letras femininas e cuidados domésticos, incluindo-se itens sobre moda.

Os aspectos práticos do curso de Vanério e seu método de ensino tinham particularidades que remetiam suas reflexões aos dias vividos em terras londrinhas, quando o mesmo manteve os primeiros contatos com o método criado pelos britânicos Joseph Lancaster, membro da Sociedade Religiosa dos Amigos ou *Religious Society of Friends*, e do pastor anglicano Andrew Bell, o método Lancasteriano, também conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, que conferiu a base necessária dos fundamentos do método já empregado em parte da Europa, tornando-se o primeiro método de ensino de origem britânica implementado e oficializado no Brasil através da Lei de 15 de outubro de 1827.

Na Europa, mais especificamente na Inglaterra, a educação era compreendida como uma função mais ligada à sociedade do que propriamente à organização do Estado. Na primeira metade do século XIX havia duas sociedades muito importantes e de cunho religioso, com intenções benficiares, cujas funções eram educativas. Tratava-se das *National Society for Promoting the Education*, órgão da ortodoxia anglicana, portanto, de pensamento conservador e *British and Foreign School Society*, de orientação liberal e dissidente, cuja direção encaminhou a Eusébio Vanério um ofício de recomendações elogiosas sobre a introdução do Sistema Inglês na Bahia. A partir daí vai surgir a concepção de ensino mútuo, o que se dá sob a influência de Andrew Bell e Joseph Lancaster. (NUNES, 2004, p. 9).

Lancaster havia produzido outra obra, *Improvements in Education* (Melhorias na Educação), em 1803 (1805), seguindo viagem para os EUA com a finalidade de ministrar palestras para a divulgação de suas ideias. Logo nas primeiras décadas do século XIX adveio a popularidade do sistema de ensino que propagava e, no ano de 1818, Joseph Lancaster “ajudou a iniciar a primeira escola modelo na

Filadélfia para treinar professores para implementar seu sistema”.

Cite-se, inclusive, outros materiais de ensino, a exemplo do livro de Sara Trimmer, intitulado *A Comparative View of the New Plan Education Promulgated by Mr. Joseph Lancaster* (1805) e o manuscrito traduzido por Euzébio, o Manual do Sistema da Sociedade da Escola Britânica & Estrangeira de Londres: “para ensinar lér, escrever, arithmetic e trabalhos d’agula nas Escolas Elementares segundo o Methodo do Ensino Mutuo, 1819. Arquivo Nacional/RJ”. (NEVES, 2006, p. 26)

Em 1808 deu-se a criação de “*The Society for Promoting the Lancasterian System for the Education of the Poor*” (Sociedade de Promoção do Sistema Lancasteriano para a Educação dos Pobres). Na época, a revolução industrial capitaneava a concentração populacional nos maiores centros fabris e mineiros, a exemplo das cidades de Leicester e Bristol, entre outras. Tendo em vista a situação, notava-se que era preciso investir na educação de indivíduos para atender às necessidades do progresso.

Assim, o Estado iniciou uma participação mais efetiva e, em 1833, o Parlamento Britânico concedeu uma “subvenção às duas sociedades citadas para a construção de edifícios escolares. Trinta e sete anos decorridos e, no ano de 1839, estava inaugurado o Comitê do Conselho Privado para a Educação, este originou o que na atualidade é o Ministério da Educação britânico. Ainda em 1870, o ministro Forster (1819-1886), pertencente à ala do governo liberal de Gladstone (1809-1889) “baixou leis que formaram a base da educação primária inglesa”. (NUNES, 2004, p. 9).

O Manual do Sistema da Sociedade da Escola Britânica e Estrangeira de Londres. Para ensinar Ler, Escrever, Aritmética e Trabalhos nas Escolas Elementares segundo o Método do Ensino Mútuo inventado por Mr. Lancaster. Traduzido do Inglês. Oferecido a Sua Real Majestade, o sereníssimo Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves por Eusébio Vaneiro. In: Fundo: Diversos. Código 807 – Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos, v.12, fl. 234-332. (ARQUIVO NACIONAL, 1928).

A dita Sociedade da Escola Britânica e Estrangeira[7] tinha por objetivo principal a educação dos filhos da classe trabalhadora. “Esta Instituição será designada “Instituição para promover a educação das Classes trabalhadoras e manufatureiras da Sociedade, de todas as origens religiosas e para o fim de poder fazer pública a extensão de seus objetos, será intitulada ‘The British & Foreigner School Society’. Os esforços desta associação foram bem sucedidos, pois, no início do século XIX, em várias localidades da Europa, novas escolas inspiradas em seus pressupostos foram criadas. No caso do Brasil, entre os objetivos de Vaneiro estava, além da aplicação ampla e sistemática do Método Lancasteriano, o desenvolvimento dos meninos e meninas pobres. (SILVA, 2010, p. 113).

Por outro lado, no Brasil, no mesmo período, a abertura dos portos aos países estrangeiros, além da celebração do Tratado de Comércio e Amizade entre Brasil e Inglaterra, em 1810, teve como resultado mais perceptível a aproximação e atendimento aos interesses das duas nações, implicando “também a aquisição de maiores conhecimentos sobre a língua, as leis e os costumes mercantis ingleses” (CHAVES, 2009, p. 271).

Nesse cenário plural, o professor Vanério tinha como ponto de partida o ensino das línguas francesa, a língua franca ou universal naquela época (OLIVEIRA, 2006), ministrava da mesma forma, a língua inglesa por conta da necessidade de seus pupilos terem contato com a leitura dos grandes clássicos mercantis, tais como Allan Parker, Blucher, Helly, Millar, Savary, dentre outros. Seus alunos exercitavam aulas práticas do tipo em que cada um representava um determinado personagem cuja ambiência era o comércio: o negociante europeu, o negociante local, o vendedor de loja, o guarda livros, além do que, todo um cenário de decoração/ornamentação apropriada que ilustrasse situações de vida real e cotidiana das mais diversas negociações. (CHAVES, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados nos documentos pesquisados na Biblioteca Nacional/RJ e, ainda os de outras fontes significativas como as relacionadas nas Referências, contribuíram amplamente alcançar cumprir até certo limite o nosso intento em conhecer mais de perto e contribuir para a construção de um perfil de Euzébio Vanério. Gostaríamos muito de encontrar uma fotografia do professor, que era tido como baiano, mas que, na verdade nascera na Ilha do Funchal, em Portugal.

Foi possível avistar um desenho de uma personalidade de um ser humano disposto à luta, tanto para sustentar e carregar para lá e para cá a sua família, enfrentando muitos empecilhos, mas sem temer a luta. Esse homem se deu de corpo e alma à causa da educação brasileira, tendo afirmado, conforme consta em documentação, se sentir mais brasileiro que os brasileiros. Daí, compreendemos porque foi acreditado como nascido na Bahia. Vimos um homem que sabia como enfrentar situações distintas, em atividades diferenciadas, inclusive na política, ainda que tenha sido acusado de manipular o dinheiro público.

Encontramos um professor particular da língua inglesa, tendo, também, exercido a atividade de intérprete desse idioma, além de outras atividades que desempenhou bem. Foi também professor do idioma francês. E, caprichosamente, quis e conseguiu uma patente militar.

Fez amizade com figuras históricas importantes, como a do General Labatut. Mais ainda, tornou-se um arauto da divulgação e aplicação do método lancasteriano no Brasil, centrando seu trabalho nos estados da Bahia e Sergipe, além de traduzir do original em inglês o manual desse método que tem raízes até hoje influenciando a educação brasileira.

Pela força, capacidade e dinamismo de um homem que se dedicou à educação no Brasil, Euzébio Vanério merece ser conhecido, divulgado e reconhecido.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Richard. **The British and Foreign School Society, Past and Present.** The History of Education Researcher, No. 91, May 2013.

ARQUIVO NACIONAL. O Manual do Sistema da Sociedade da Escola Britânica e Estrangeira de Londres. Para ensinar Ler, Escrever, Aritmética e Trabalhos nas Escolas Elementares segundo o Método do Ensino Mútuo inventado por Mr. Lancaster.

Traduzido do Inglês. Oferecido a Sua Real Majestade, o sereníssimo Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves por Eusébio Vaneiro. *In:* Fundo: Diversos. Códice 807 – **Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos**, v.12, fl. 234-332. 1928.

BEZERRA, Ada A. Celestino; GUEDES, Josevânia Teixeira; DANTAS, Vanda Maria C. Salmeron. **Papel do professor:** de Erasmo de Rotterdam a Vygotsky. **Rev. Int. de Form. de Professores** (RIFP), Itapetininga, v. 2, n.3, p. 107-131, 2017. Disponível em: < <https://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/RIFP/article/download/491/722>> Acesso em: 11 ago. 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. 5.v. **Dicionário Bibliographico Brazileiro.** 7.v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

CHAVES, Cláudia. **As aulas de comércio no império luso-brasileiro:** o ensino prático profissionalizante. (2009). Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/>

2011/12/As-aulas-de-com%C3%A9rcio-no-Imp%C3%A9rio-luso-brasileiro-Cl%C3%A1udia-Maria-das-Gra%C3%ADas-Chaves.pdf. Acesso em: 25 ago. 2017.

FERREIRA, Dirce Nazaré Andrade; SCHWARTZ, Cleonara Maria. Política, poder e instrução: a educação feminina no método Lancasteriano (uma análise da lei 15 de outubro de 1827, à luz do ensino mútuo). **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 14, n. 1 (34), p. 49-72, jan./abr. 2014. Disponível em:

/pdf_1>. Acesso em 11 ago. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: TopBooks/Fundação Gilberto Freyre, 2000.

LIMA, Aristela Arrestides. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense**: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). São Cristóvão: UFS. Dissertação de Mestrado, 2005.

NEVES, Fátima Maria. **Investigações em torno do método lancasteriano ou do ensino mútuo (Contribuições para a produção do estado da arte em História da Educação, no período imperial)**. (2006). Disponível em . Acesso em: 9 fev. 2018.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. **A formação dos sistemas públicos de educação no sec. XIX e sua efetivação na província da Bahia**. Historiógrafa da Arquivo Público do Estado. 2004 Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2018.

NUNES, M. Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A instituição do ensino das línguas vivas no Brasil**: o caso da língua inglesa (1809-1890). 2006. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, Pedrinho dos. **O comedor de jia**. Aracaju: Info Graphics, 2006.

SANTOS, Maria Elaine. **Entre a tradição e a inovação**: professores e compêndios de inglês do século XIX. São Cristóvão: Núcleo de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2017. (Tese de Doutorado).

SILVA, César Agenor Fernandes da. **Ciência, técnica e periodismo no Rio de Janeiro**. (1808-1852). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca-SP. 2010.

SOUSA, João Figueira de. **O porto do Funchal no contexto do sistema portuário insular regional**: as infraestruturas, os tráfegos e as funções portuárias. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2004. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2017.

TELES, Thadeu V. Souza; SANTOS, Vera Maria . Aulas de Contar e Aulas de Comércio na Formação

do Estado Moderno Português. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013, Cuiabá. Circuitos e fronteiras da História da Educação Brasileira, 2013.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O papel do ensino de língua inglesa na formação do perfeito negociante (1759 – 1846)**: Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2013.

VIEIRA, Alberto. **Descobrir o Atlântico nos séculos XVIII e XIX online**, Funchal. CEHA – Centro de Estudos de História do Atlântico. (1999). Disponível em: . Acesso em: 20 fev. 2018.

[1] Para Ferreira e Schwartz (2014) O Método Lancasteriano foi criado por Joseph Lancaster na Inglaterra em 1798 para prover escolarização às camadas mais simples da sociedade e recebeu o título de ‘educação das massas’ (GIOLO, 1999), ‘educação das classes inferiores’ (LINS, 1999), ou educação dos pobres (SAVIANI, 2005). Essas denominações indicam a tradução literal da denominação¹ poors children’s educations, atribuída por Lancaster cujo trabalho consistiu em ensinar grande quantidade de alunos por meio de estratégias diferenciadas [...] (p. 52). [...] Logo após a independência, havia necessidade de criar um sistema de ensino brasileiro, e foi através da criação de Leis, Regulamentos e da própria Constituição de 1824 (BRASIL, 1824) que a educação ganhou tônus, a ponto de, em 1827, ser editada pelo Imperador a Lei Januário da Cunha Barbosa, adotando o Método Lancasteriano como a primeira técnica oficial de aprendizagem brasileira. Embora alguns autores enfatizem que o Método já era praticado no Brasil antes de 1827, nesta pesquisa, será considerada somente a fonte primária formalizadora: a Lei Januário da Cunha Barbosa, de 15 de outubro de 1827. (p. 63).

[2] William Carr Beresford^[2], durante a Guerra Peninsular (1808-1814), foi comandante-em-chefe de março de 1809 até à Revolução Liberal de 1820, devido à ausência da Corte lusitana, transladada para o Brasil (1808-1821), momento em que gozou de poderes de governação.

[3] “Na Madeira José Silvestre Ribeiro, governador civil, avançou em 1850 com um plano de criação do Gabinete de História Natural, a partir da exposição inaugurada a 4 de Abril no Palácio de S. Lourenço. Mas foi tudo em vão porque à sua partida em 1852 tudo se desfez. A 23 de Setembro, surge a proposta de Frederico Welwitsch para a criação de um jardim de aclimatação no Funchal e em Luanda. A Madeira cumpriria o papel de ligação das colónias aos jardins de Lisboa, Coimbra e Porto. Este botânico alemão que fez alguns estudos em Portugal, passou em 1853 pelo Funchal com destino a Angola. Já a presença de outro alemão, o Padre Ernesto João Schmitz, como professor do seminário diocesano, levou à criação em 1882 de um Museu de História Natural que hoje se encontra integrado no actual Jardim Botânico”. (VIEIRA, 1999, p. 5).

[4] James Cook escalou a Madeira por duas vezes em 1768 e 1772, numa réplica da viagem de circum-navegação apenas com interesse científico. Os cientistas que o acompanharam intrometeram-se no interior da ilha à busca das raridades botânicas para a classificação e depois revelação à comunidade científica. Em 1775 o navegador estava no Faial e no ano imediato em Tenerife. (VIEIRA, 1999, p. 8).

[5] “[...] constituíam o conjunto de reformas político-econômicas de Pombal que visavam o processo de segmentação e profissionalização do grupo mercantil lusitano. Para isso foi criada a Junta de Comércio em 1755, que passaria a controlar as atividades da Mesa do Bem Comum dos Mercadores. Através do Alvará de 30 de agosto de 1770, D. José I tornou o curso mercantil obrigatório para todos os mercadores, bem como a matrícula de negociantes na Junta de Comércio. Por essa lei o rei determinava que não seriam mais admitidos oficiais que não fossem formados – neste caso, no Colégio dos Nobres -, advogados ou funcionários que não obtivessem cartas da Universidade, e nem artesãos abrindo seus negócios sem uma aprovação de sua respectiva agremiação. (CHAVES, 2011, p. 267).

[6] “[...] lançado pelo português representante do iluminismo, Verney, que organizou e publicou em

dois tomos, 16 (dezesseis) cartas sobre Língua Portuguesa, Gramática Latina, Latinidade, Grego e Hebraico, Retórica, Poesia e Lógica, Metafísica, Física, Ética, Medicina, Direito Civil, Teologia, Direito Canônico e uma parte sobre regulamentação geral dos estudos [...]Essa publicação emergiu no final do século XVII e início do século XVIII, quando a Europa vivia um processo de valorização da razão humana, da discussão de temas científicos e das mudanças no pensamento filosófico e na convivência entre os homens. Educação e reforma do ensino polarizavam a movimentação e a tendência era a de distanciamento das ideias até então ferrenhamente arraigadas à religiosidade, o que não significou absolutamente que a educação teria se afastado de vez da religião. (BEZERRA; GUEDES; DANTAS, 2017, p. 116).

[7] The British and Foreign School Society (BFSS) ou Sociedade da Escola Britânica e Estrangeira para a Educação das Classes de Trabalho e Fabricação da Sociedade de Todas as Denominações Religiosas ocupa um lugar importante na história da educação britânica, mas também nas de muitas outras partes do mundo, gerando resultados para a sua historiografia. A fundação foi inaugurada com o objetivo de continuar o trabalho iniciado pelo jovem Quaker, Joseph Lancaster, que estabeleceu sua escola, funcionando diariamente, ao lado da Borough Road, Southwark, em 1798. Em 1803, o trabalho de Lancaster tornou-se mais conhecido com a publicação da primeira de uma série de tomadas de posição para melhorar a educação para a classe trabalhadora. As melhorias sugeridas por Lancaster incluíram uma abordagem não religiosa e não denominacional ao ensino religioso, o uso de recompensas e punições, e um sistema de autoinstrução mútua e autoescolar que se tornou conhecido como sistema de monitorização ou monitorial. Durante os anos seguintes, Lancaster angariou um grupo impressionante de adeptos distintos, tanto leigos quanto clericais, que faziam doações em dinheiro para a Escola Borough Road School e para a produção de mais cópias da obra Improvements (Melhorias). (ALDRICH, 2013).

[1] Para Ferreira e Schwartz (2014) O Método Lancasteriano foi criado por Joseph Lancaster na Inglaterra em 1798 para prover escolarização às camadas mais simples da sociedade e recebeu o título de ‘educação das massas’ (GIOLO, 1999), ‘educação das classes inferiores’ (LINS, 1999), ou educação dos pobres (SAVIANI, 2005). Essas denominações indicam a tradução literal da denominação¹ poors children’s educations, atribuída por Lancaster cujo trabalho consistiu em ensinar grande quantidade de alunos por meio de estratégias diferenciadas [...] (p. 52). [...] Logo após a independência, havia necessidade de criar um sistema de ensino brasileiro, e foi através da criação de Leis, Regulamentos e da própria Constituição de 1824 (BRASIL, 1824) que a educação ganhou tônus, a ponto de, em 1827, ser editada pelo Imperador a Lei Januário da Cunha Barbosa, adotando o Método Lancasteriano como a primeira técnica oficial de aprendizagem brasileira. Embora alguns autores enfatizem que o Método já era praticado no Brasil antes de 1827, nesta pesquisa, será considerada somente a fonte primária formalizadora: a Lei Januário da Cunha Barbosa, de 15 de outubro de 1827. (p. 63).

[1] William Carr Beresford^[1], durante a Guerra Peninsular (1808-1814), foi comandante-em-chefe de março de 1809 até à Revolução Liberal de 1820, devido à ausência da Corte lusitana, transladada para o Brasil (1808-1821), momento em que gozou de poderes de governação.

[1] “Na Madeira José Silvestre Ribeiro, governador civil, avançou em 1850 com um plano de criação do Gabinete de História Natural, a partir da exposição inaugurada a 4 de Abril no Palácio de S. Lourenço. Mas foi tudo em vão porque à sua partida em 1852 tudo se desfez. A 23 de Setembro, surge a proposta de Frederico Welwitsch para a criação de um jardim de aclimatação no Funchal e em Luanda. A Madeira cumpriria o papel de ligação das colónias aos jardins de Lisboa, Coimbra e Porto. Este botânico alemão que fez alguns estudos em Portugal, passou em 1853 pelo Funchal com destino a Angola. Já a presença de outro alemão, o Padre Ernesto João Schmitz, como professor do seminário diocesano, levou à criação em 1882 de um Museu de História Natural que hoje se encontra integrado no actual Jardim Botânico”. (VIEIRA, 1999, p. 5).

[1] James Cook escalou a Madeira por duas vezes em 1768 e 1772, numa réplica da viagem de circum-navegação apenas com interesse científico. Os cientistas que o acompanharam intrometeram-se no interior da ilha à busca das raridades botânicas para a classificação e depois revelação à comunidade científica. Em 1775 o navegador estava no Faial e no ano imediato em Tenerife. (VIEIRA, 1999, p. 8).

[1] “[...] constituíam o conjunto de reformas político-econômicas de Pombal que visavam o processo de segmentação e profissionalização do grupo mercantil lusitano. Para isso foi criada a Junta de Comércio em 1755, que passaria a controlar as atividades da Mesa do Bem Comum dos Mercadores. Através do Alvará de 30 de agosto de 1770, D. José I tornou o curso mercantil obrigatório para todos os mercadores, bem como a matrícula de negociantes na Junta de Comércio. Por essa lei o rei determinava que não seriam mais admitidos oficiais que não fossem formados – neste caso, no Colégio dos Nobres -, advogados ou funcionários que não obtivessem cartas da Universidade, e nem artesãos abrindo seus negócios sem uma aprovação de sua respectiva agremiação. (CHAVES, 2011, p. 267).

[1] “[...] lançado pelo português representante do iluminismo, Verney, que organizou e publicou em dois tomos, 16 (dezesseis) cartas sobre Língua Portuguesa, Gramática Latina, Latinidade, Grego e Hebraico, Retórica, Poesia e Lógica, Metafísica, Física, Ética, Medicina, Direito Civil, Teologia, Direito Canônico e uma parte sobre regulamentação geral dos estudos [...] Essa publicação emergiu no final do século XVII e início do século XVIII, quando a Europa vivia um processo de valorização da razão humana, da discussão de temas científicos e das mudanças no pensamento filosófico e na convivência entre os homens. Educação e reforma do ensino polarizavam a movimentação e a

tendência era a de distanciamento das ideias até então ferrenhamente arraigadas à religiosidade, o que não significou absolutamente que a educação teria se afastado de vez da religião. (BEZERRA; GUEDES; DANTAS, 2017, p. 116).

[1] The British and Foreign School Society (BFSS) ou Sociedade da Escola Britânica e Estrangeira para a Educação das Classes de Trabalho e Fabricação da Sociedade de Todas as Denominações Religiosas ocupa um lugar importante na história da educação britânica, mas também nas de muitas outras partes do mundo, gerando resultados para a sua historiografia. A fundação foi inaugurada com o objetivo de continuar o trabalho iniciado pelo jovem Quaker, Joseph Lancaster, que estabeleceu sua escola, funcionando diariamente, ao lado da Borough Road, Southwark, em 1798. Em 1803, o trabalho de Lancaster tornou-se mais conhecido com a publicação da primeira de uma série de tomadas de posição para melhorar a educação para a classe trabalhadora. As melhorias sugeridas por Lancaster incluíram uma abordagem não religiosa e não denominacional ao ensino religioso, o uso de recompensas e punições, e um sistema de autoinstrução mútua e autoescolar que se tornou conhecido como sistema de monitorização ou monitorial. Durante os anos seguintes, Lancaster angariou um grupo impressionante de adeptos distintos, tanto leigos quanto clericais, que faziam doações em dinheiro para a Escola Borough Road School e para a produção de mais cópias da obra Improvements (Melhorias). (ALDRICH, 2013).